

A ampliação do acesso de qualidade frente à restrição de recursos: o caso da Universidade de Brasília

Andrea Cabello – UnB

Denise Imbroisi – UnB

Guilherme Viana – UnB

Rafael Nunes – UnB

**Resumo:**

Houve ampliação de acesso ao Ensino Superior Público Federal Brasileiro nos últimos 10 anos e, com isso, mudança no perfil do aluno. Esse novo perfil requer uma adaptação de políticas de ensino e acolhimento dos estudantes. O artigo expõe essa mudança de perfil usando como estudo de caso os dados da Universidade de Brasília. Argumenta então que adaptação de políticas é dificultada pela restrição de recursos imposta pela situação política e econômica de anos recentes no Brasil, ameaçando a garantia de ensino de qualidade, pois restringe ações voltadas para a permanência.

**Palavras Chave:** Ensino Superior Brasileiro, Universidade de Brasília, Perfil Socioeconômico

**Abstract:**

There was an increase in access for the Brazilian Federal Public Higher Public Education System in the last 10 years and with that, student's background and profile has modified. This new profile requires an adaptation of teaching, welcoming and aid

policies to students. The paper shows this change in profile with a case study based on data from the Universidade de Brasília. We also argue that the adaptation of policies is made difficult by resources restrictions imposed by the political and economic situation in Brazil in recent years, threatening the guarantee of quality education, as it restricts actions aimed at maintaining students in the system.

**Keywords:** Brazilian Higher Education, Universidade de Brasília, Socioeconomic Profile

Durante anos, críticas de que o acesso a Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) era restrito às camadas mais altas da população (FERNANDES, 1979) ocorreram, havendo na literatura preocupação com o então perfil elitista das IFES. Nos últimos anos, no entanto, o perfil do aluno ingressante nas IFES vem se alterando.

Em termos de políticas públicas de educação, a Lei Federal No. 12.711/2012, conhecida como Lei das Cotas, garantiu reserva de 50% das vagas nas IFES a estudantes advindos de ensino médio público. A Lei das Cotas e suas regulamentações posteriores preveem, também, que 50% da reserva de vagas se destine a estudantes oriundos de famílias com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita. A reserva de vagas subdivide-se, ainda, em percentuais relativos a raças (pretos, pardos e indígenas - PPI) e a pessoas com deficiência (PCD).

A Lei de Cotas foi implementada gradualmente na Universidade de Brasília (UnB), havendo alcançado os 50% das vagas a partir do ano 2014. No que se refere à variável renda, importante determinante da situação socioeconômica dos alunos, observa-se que nos últimos anos os ingressantes já contam com reserva de 12,5% das vagas para aqueles com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita.

Tendo em vista esse novo perfil de estudantes em IFES e a necessidade de se traçar um panorama preciso da renda dos alunos na Universidade de Brasília (UnB) nesse contexto atual, o objetivo deste artigo é apresentar uma metodologia para estimação do perfil de renda dos estudantes ativos da graduação da UnB, baseada em local de

moradia do aluno. A partir dessa estimativa, classificamos os cursos por nível estimado de renda média anual per capita. O estudo é necessário pela ausência de informações precisas nas bases de dados disponíveis e que permitam traçar o perfil dos alunos por meio de estimativas confiáveis. Além disso, a obtenção dessas estimativas permitem aperfeiçoar a política de assistência estudantil, que nos últimos anos têm tido significativos aumento da demanda. Conhecer a renda média dos alunos contribui para um melhor desenho das políticas de assistência estudantil de uma IFES, não somente para aqueles que em um dado momento pleiteiam benefícios, mas para o conjunto dos estudantes em geral e motivou a busca de uma metodologia para a construção desse perfil.

Utilizou-se o CEP reportado pelos alunos no momento de seu registro e a partir da distribuição dos alunos pelas regiões administrativas do Distrito Federal, estimou-se o perfil de renda considerando a renda domiciliar e a renda per capita de cada região administrativa.

O artigo se divide em quatro seções, incluindo essa introdução. A próxima seção descreve brevemente a metodologia a ser utilizada nesse estudo, a compara com os estudos anteriores sobre perfil socioeconômico de alunos de ensino superior disponíveis na literatura e descreve a situação socioeconômica dos alunos da UnB, com base em resultados agregados de outras fontes de dados. A terceira seção contextualiza nossos resultados frente aos desafios dos programas de assistência estudantil e frente às restrições orçamentárias impostas àqueles programas. Concluímos com nossos comentários finais.

## **1. O Novo Perfil dos Alunos na UnB:**

Desde o final das décadas de 1970 e 1980, estudos buscam traçar o perfil socioeconômico dos alunos com base em questionários aplicados a amostras de alunos ou a toda à população de estudantes no momento de ingresso na universidade. Esses questionários geralmente são amplos, com perguntas que focam não somente na renda, mas em grau de instrução familiar, posse de bens, entre outras variáveis, com números

diferentes de perguntas e profundidade. Alguns assemelham-se, em abordagem, à PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Um dos primeiros trabalhos a utilizar esse tipo de metodologia foi o de Ribeiro e Klein (1982), que relacionaram perfil socioeconômico com escolha de carreiras, analisando dados de vestibulares de 1978, 1979 e 1980 e concluindo que alunos de baixa renda tendem a escolher carreiras de menor prestígio e com menor demanda. A abordagem baseada em questionários aplicados no momento de seleção também foi utilizada por Braga *et al.* (2001) para UFMG no início da década de 1990; Zandoná (2005), para o caso da Universidade Federal do Paraná, no início dos anos 2000; por Silveira e Prá (1999), para o vestibular de 1998 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; por Nakamae *et al.* (1997), para o caso específico de alunos de enfermagem em escolas de Minas Gerais; por Borges e Carnielli (2005), para os cursos de Direito, Medicina e Engenharia Mecânica, para estudantes selecionados pelo Programa de Avaliação Seriada e Vestibular da Universidade de Brasília, em 2001.

O Fórum Nacional dos Prós-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) também têm contribuído para o debate com a execução periódica da Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior. A coleta de sua quinta edição foi realizada no primeiro semestre de 2018 e tinha como objetivo orientar políticas públicas, principalmente a voltada para a construção de políticas de assistência estudantil. Também foi realizada por meio de questionário amplo, com mais de 80 perguntas. Para elevar as taxas de respostas dos estudantes ao questionário, muitas universidades utilizaram diversas estratégias de incentivo.

O órgão responsável pelos processos de seleção da UnB também aplica um questionário socioeconômico a todos os candidatos. Entretanto, esse questionário também é bastante amplo e não permite traçar o perfil de renda dos candidatos de forma precisa.

Dessa forma, o propósito desse artigo é estimar a renda média e a renda média per capita dos alunos ativos de graduação da UnB. Nossa contribuição se pela proposição de uma nova metodologia, que não implica o preenchimento pelos alunos de questionários sobre sua renda familiar ou individual. Dada a limitação do escopo dos dados do questionário respondido pelo aluno no momento do processo seletivo, propomos um

método alternativo, baseado na renda per capita média da região administrativa em que os alunos residem.

Para esse estudo, consideramos duas amostras de alunos: i) os alunos ingressantes entre 2002 e 2005 e ii) todos os alunos com matrícula ativa na UnB em março de 2018. No momento do registro de matrícula na universidade, esses alunos devem fornecer um endereço com o Código de Endereçamento Postal (CEP). Utilizamos esse CEP como variável de endereço. Além disso, foram consideradas duas amostras, com aproximadamente 15 anos de diferença, com o objetivo de compará-las e investigar a evolução do perfil dos alunos na última década.

Em nossa análise, descartamos todos os alunos que não tinham endereço no Distrito Federal (DF), todos aqueles que não indicaram um CEP válido (por exemplo, um CEP que não tivesse 8 dígitos) e todos aqueles que informaram CEP 70.000-000 (um CEP geral que não permite a identificação específica da localidade em que o estudante residia). A Tabela 1 mostra a distribuição desses alunos nos dois períodos avaliados. Dessa forma, para o grupo i de alunos, a amostra é composta de 20.638 alunos (ingressantes de 2002 a 2005), enquanto para o grupo ii, a amostra contém consideramos 35.013 alunos com matrículas ativas de graduação entre as Regiões Administrativas do DF.

**Tabela 1 Distribuição da Amostra i (Ingressantes entre 2002 a 2005) e Amostra ii (Alunos Ativos em 2018) de Alunos da UnB residentes nas Regiões Administrativas da UnB:**

<b>Região Administrativa</b>	<b>Ingressantes de 2002 a 2005</b>	<b>Alunos Ativos em 2018</b>
Águas Claras	4,44%	6,95%
Asa Norte	23,34%	13,83%
Asa Sul	10,93%	7,22%
Brazlândia	0,62%	0,90%
Ceilândia	3,52%	7,69%
Gama	2,13%	4,33%
Guará	7,37%	6,47%
Lago Norte e Paranoá	4,94%	4,12%
Lago Sul	3,48%	2,26%
Núcleo Bandeirante e Parkway	3,50%	4,69%

<b>Planaltina</b>	2,77%	2,38%
<b>Recanto das Emas</b>	0,71%	2,80%
<b>Cruzeiro, S.I.A, Sudoeste</b>	8,32%	7,33%
<b>Samambaia</b>	1,80%	3,89%
<b>Santa Maria</b>	1,19%	2,58%
<b>São Sebastião</b>	2,91%	4,62%
<b>Sobradinho</b>	6,23%	7,28%
<b>Taguatinga</b>	11,80%	10,67%
<b>Total Geral</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Número de Alunos</b>	<b>20.638</b>	<b>35.013</b>

Elaboração Própria a partir de Dados do SIGRA/UnB – extração em março de 2018.

Observa-se uma diferença grande na distribuição espacial dos alunos nos treze anos que separam os dois grupos de alunos: para os ingressantes de 2002 a 2005, o percentual de alunos que residiam nas regiões do Plano Piloto (Asa Norte, Asa Sul) mais próximas à universidade era de 34,27%, enquanto que, para os alunos ativos em 2018, esse percentual caiu para 21,05%. Já o percentual de alunos residentes de Regiões Administrativas mais afastadas do *Campus* Darcy Ribeiro, como Ceilândia, São Sebastião, Gama, Samambaia e Santa Maria aumentou. Deve-se ressaltar ainda que o tamanho dos dois grupos é bem diferente, logo tais aumentos percentuais representam aumentos bem maiores em termos de números absolutos de alunos. Por outro lado, é importante considerar que no período 2002 a 2005 a UnB possuía um único *campus*, o Darcy Ribeiro, que fica na Asa Norte.

Para transformar as informações de endereço em informações de renda, utilizamos a pesquisa da Companhia de Planejamento do Distrito Federal Codeplan/DF, de 2011, de estimativa de distribuição de renda para as regiões administrativas do DF, construída a partir da Pesquisa Distrital de Amostra Domiciliar e do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (CODEPLAN, 2011). Essa pesquisa calculou uma renda domiciliar e uma renda *per capita* média para cada uma das regiões administrativas, como mostra a Tabela 2.

**Tabela 2: Renda Domiciliar e Renda *per Capita* Médias das Regiões Administrativas do DF<sup>1</sup>:**

<b>Localidade</b>	<b>Renda Domiciliar</b>	<b>Renda Per Capita</b>
Águas Claras	R\$ 7.176,24	R\$ 2.401,83
Asa Norte	R\$ 10.127,95	R\$ 3.835,27
Asa Sul	R\$ 10.127,95	R\$ 3.835,27
Brazlândia	R\$ 2.171,36	R\$ 606,27
Ceilândia	R\$ 2.069,20	R\$ 611,29
Gama	R\$ 3.210,64	R\$ 951,80
Guará	R\$ 5.692,25	R\$ 1.803,35
Lago Norte e Paranoá <sup>2</sup>	R\$ 13.792,15	R\$ 4.297,96
Lago Sul	R\$ 19.596,91	R\$ 5.420,62
Núcleo Bandeirante	R\$ 4.556,55	R\$ 1.467,94
Recanto das Emas	R\$ 1.778,86	R\$ 487,61
Cruzeiro, S.I.A, Sudoeste <sup>3</sup>	R\$ 11.368,45	R\$ 4.792,33
Samambaia	R\$ 2.174,26	R\$ 614,68
Santa Maria	R\$ 2.129,05	R\$ 581,54
São Sebastião	R\$ 1.767,66	R\$ 522,42
Sobradinho	R\$ 4.274,36	R\$ 1.271,11
Taguatinga	R\$ 4.179,87	R\$ 1.318,38
Distrito Federal	R\$ 4.517,46	R\$ 1.367,90

Elaboração Própria a partir de dados da Codeplan (2011). Valores nominais de 2011.

A partir desses dois conjuntos de dados, calculou-se a renda média ponderada dos alunos ativos da UnB.

A Tabela 3 mostra os valores da renda domiciliar média e renda *per capita* média ponderados, calculados com base na distribuição geográfica dos dois grupos de alunos e os valores de renda domiciliar e *per capita* de suas localidades de moradia.

<sup>1</sup> Optamos por não atualizar os valores de acordo com a inflação para facilitar a comparação entre os dois momentos no tempo – dessa forma, os valores sempre fazem referência a 2011, ano de estudo da Codeplan.

<sup>2</sup> Em nossa análise geográfica, por simplificação, consideramos essas duas regiões conjuntamente. Logo, escolhemos por avaliar com um viés para cima a renda desses estudantes, de modo que a renda domiciliar e renda per capita reportadas aqui são a da Região Administrativa Lago Norte.

<sup>3</sup> Em nossa análise geográfica, por simplificação, consideramos essas duas regiões conjuntamente. Logo, escolhemos por avaliar com um viés para cima a renda desses estudantes, de modo que a renda domiciliar e renda per capita reportadas aqui são a da Região Administrativa Sudoeste.

**Tabela 3: Renda domiciliar média e renda *per capita* média ponderados dos alunos ativos da UnB:**

<b>Medida</b>	<b>Renda Domiciliar Ingressantes 2002 a 2005</b>	<b>Renda Domiciliar Ativos em 2018</b>	<b>Renda per Capita Ingressantes 2002 a 2005</b>	<b>Renda Per Capita Ativos em 2018</b>
Média	R\$ 6.641,14	R\$ 5.925,83	R\$ 2.286,10	R\$ 1.962,05
Desvio Padrão	R\$ 4.249,95	R\$ 3.947,91	R\$ 1.572,88	R\$ 1.381,65

Elaboração Própria a partir de dados do SIGRA/UnB e Codeplan (2011). Valores nominais de 2011.

Assim como a Tabela 1 mostra uma maior dispersão espacial dos alunos da UnB ocorrida nos últimos 15 anos, a Tabela 3 mostra que essa dispersão geográfica ocorreu em direção a regiões administrativas com renda domiciliar e *per capita* mais baixas, pois os valores de renda da segunda amostra, mais recente - alunos ativos em 2018 - são menores. Mostram, assim, evidências de redução na renda dos alunos ativos da UnB frente aos alunos que frequentaram essa universidade treze anos atrás. Isso é, possivelmente, resultado de políticas de ampliação de acesso a IFES, como a Lei de Cotas, e também da expansão do sistema de Ensino Superior Público no país, por meio do Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (Reuni) e que essa expansão ocorreu principalmente em favor de alunos residentes em locais com renda mais baixa.

## **2. O Desafio da Assistência Estudantil:**

Há uma vasta literatura analisando o impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sobre o rendimento acadêmico e a evasão no ensino superior. Por exemplo, Carrano *et al.* (2018) constataram efeitos positivos “tímidos” na redução da evasão na Universidade Federal de São João Del Rei. Já Freitas *et al.* (2017), utilizando um método de pareamento, observaram um efeito positivo de diversos programas de assistência estudantil sobre o desempenho dos alunos na Universidade Federal de Rio



Grande. França *et al.* (2016), com base em um modelo de diferenças em diferenças e dados do Censo da Educação Superior, concluíram que as chances de evasão são menores entre beneficiários da bolsa permanência do PNAES. Em outras palavras, apesar de não conclusivos, estudos parecem indicar que os resultados acadêmicos de estudantes beneficiários da assistência estudantil são positivos.

Conjuntamente com essa preocupação com os efeitos acadêmicos dessas políticas, há preocupação acerca da crescente demanda por essas políticas, dada a realidade das instituições públicas de ensino sugerida por análises como a da seção anterior, tendo em vista o ingresso de novos estudantes com um perfil socioeconômico diferente do que era usual. No entanto, apesar de políticas de Assistência Estudantil serem imprescindíveis para o sucesso das políticas de acesso implementadas nas últimas décadas, sua manutenção em níveis satisfatórios e condizentes com a demanda dos alunos ainda é um desafio. Cunha (2017, p. 126), por exemplo, observa os efeitos positivos do PNAES sobre a trajetória dos alunos na Universidade Federal de Pernambuco, mas alerta que

“a assistência estudantil é uma estratégia da política educacional estando sujeita as alterações das agendas governamentais, que (...) estão de acordo com as intencionalidades de cada governo. (...)” Concluem ainda que vem que se torna uma política cada vez mais “seletiva e focalista”, distanciando-se do universalismo, de tal forma que o “PNAES foi um avanço do ponto de vista da previsão orçamentária para as ações da AE, contudo o programa não consegue dar conta dessa demanda que é crescente, principalmente com a Lei das Cotas. Seria interessante se houvesse um planejamento para que o acesso proporcionado pelo REUNI e pelo ingresso dos cotistas fossem ações que em conjunto com a PAE caminhassem juntas, mas com o déficit orçamentário essas ações ficam desarticuladas. O orçamento previsto não dá cabo das necessidades básicas dos estudantes tanto qualitativamente, quanto quantitativamente.”

Essa situação não é diferente na UnB. Alves (2017, p. 72), ao estudar o perfil do aluno que pleiteia os programas de assistência estudantil da Universidade de Brasília, observou que “o número proporcional de alunos interessados pelo PNAES em relação ao número de graduandos tem aumentado de forma considerável durante o intervalo estudado, passando de 5,8% para 14,2%”, mas ele também observa a insuficiência de recursos para os programas de assistência estudantil, que, segundo ele: “pode chegar a

proporcionar certa preocupação quanto a ampliação e quiçá a manutenção do programa”.

Alves (2017) analisou apenas os alunos que se mostraram interessados em participar dos programas de assistência estudantil na UnB. Soma-se a isso o fato de que este artigo mostra que a renda dos alunos da universidade, na média, é inferior à de 13 anos atrás, o que indica que a demanda sobre esses programas é potencialmente crescente. Deve-se ressaltar, ainda, que as cotas sociais somente foram implantadas de forma integral em 2014. Atualmente, na UnB, o percentual de alunos que ingressaram pelo sistema Universal (e, portanto, não por uma das cotas) ainda corresponde a 67%<sup>4</sup>, devido ao estoque de alunos ingressantes em período anterior a 2014 e ao fato de a cota ter sido implementada de forma gradativa. Dessa forma, há indícios que levam a crer que a situação indicada na seção anterior, de aumento do número de estudantes com menor renda e uma maior demanda por recursos de assistência estudantil, deve se intensificar nos próximos anos.

Apesar dessa nova composição de alunos, como Alves (2017) chamou a atenção, os recursos recebidos pela UnB para financiamento dos programas de Assistência Estudantil não parecem acompanhar essa possível demanda crescente futura. De 2010 a 2018, houve um aumento em termos reais de pouco mais de 25%<sup>5</sup>, enquanto a inflação no período superou 60%, de acordo com o IGP-M da Fundação Getúlio Vargas. Considerando somente o período de 2014 a 2018, em termos reais os recursos se mantiveram praticamente constantes, ante a uma inflação de mais de 20% acumulada pelo IGP-M.

Assim, com exceção de alguns anos iniciais em que a ação se consolidava como um programa de sucesso, nos últimos anos, a estratégia orçamentária tem sido a de manutenção de recursos, isso na melhor das hipóteses, o que implica uma pressão cada vez maior, dada à demanda crescente pelo aumento do número de estudantes em situação de vulnerabilidade social. Isso significa que há grave inconsistência entre a expansão do acesso e a inclusão, construída por programas como o Reuni e a Lei de Cotas, e a estratégia de permanência bem sucedida desses alunos no Ensino Superior, a ser viabilizada por programas de Assistência Estudantil. A crítica que se faz, portanto, é

---

<sup>4</sup> Dados do SIGRA/UnB de março de 2018.

<sup>5</sup> Dados DOR/DPO/UnB de outubro de 2018.

que ampliar o acesso às IFES para a população tradicionalmente excluída é condição necessária, mas não suficiente para o êxito desses estudantes, se não forem garantidas as condições necessárias para o bom funcionamento dessas políticas.

### **3. Comentários Finais:**

O objetivo do artigo foi traçar um perfil de renda dos alunos na Universidade de Brasília (UnB) por meio de metodologia baseada em local de moradia. Utilizou-se o CEP reportado pelos alunos no momento de seu registro na Universidade. A partir da distribuição dos alunos pelas regiões administrativas do Distrito Federal, estimou-se o perfil de renda do estudante, considerando a renda domiciliar e a renda per capita de cada região administrativa, com base em informações da Codeplan/DF. Essa nova metodologia permite suprir a carência informacional existente, já que as bases de dados oficiais não permitem estatísticas precisas da dimensão de renda para o conjunto total de alunos da Universidade.

Observou-se que a situação socioeconômica dos alunos da UnB é hoje, na média, menos favorável se comparada a de uma década atrás, aumentando a importância e a necessidade de programas de Assistência Estudantil. Apesar dessa nova composição do nosso conjunto de estudantes, tais programas não têm recebido recursos suficientes, de forma a acompanhar essa demanda crescente. Assim, com exceção dos anos iniciais, em que a ação se consolidava como um programa de sucesso, os recursos orçamentários têm sido cada vez mais escassos para se atender a uma demanda crescente, indicando uma inconsistência entre a expansão do acesso e a inclusão ocorrida nos últimos anos e a busca pela construção de uma permanência bem sucedida desses alunos no Ensino Superior público.

### **4. Referências:**

Alves, E. “Mapeamento dos Graduandos com Intenção de Participar do Programa PNAES na Universidade de Brasília (2011-2016)”, Mestrado em Economia. Universidade de Brasília, 2017.

Borges, J. Carnielli, B. “Educação e Estratificação Social no Acesso à Universidade Pública”, *Cadernos de Pesquisa*, V. 35, n. 124, p. 113-139, jan/abr. 2005.

Braga, M., Peixoto, M. e Bogutchi, T. “Tendências da Demanda pelo Ensino Superior: Estudo de Caso da UFMG” *Cadernos de Pesquisa*, n. 113, p. 129-152, julho/ 2001.

Carrano, D. Bertassi, A. e Silva, G. “Efetividade do PNAES enquanto Política Pública do Estado para o Combate à Evasão Universitária na UFSJ”, *Revista Educação Online*, no. 28, p. 1-19, ago-dez-2018.

Cunha, I. “O Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Pernambuco: Um Estudo Sobre a Trajetória Acadêmica dos Estudantes Bolsistas”. Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

Fernandes F. *A universidade brasileira: reforma ou revolução?*. Editora Alfa-Omega; 1979.

França, M., Jacinto, P. Saccaro, A. “Retenção e Evasão no Ensino Superior Brasileiro: Uma Análise dos Efeitos da Bolsa Permanência do PNAES”, *Anais do Encontro Nacional da ANPEC*, 2016.

Freitas, T. e Oliveira, C. e Machado, G. “Avaliação do Impacto dos Benefícios PNAES sobre o Desempenho Acadêmico: O caso da Universidade Federal do Rio Grande”, *Anais do 3º Simpósio de Avaliação de Educação Superior*, Florianópolis, setembro, 2017.

Nakamae, D., Araújo, M., Carneiro, M., Vieira, L. e Coelho, S. e t al. “Caracterização socioeconômica e educacional do estudante de enfermagem nas escolas de Minas Gerais”. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v.31 , n.1 , p . 109-18, abr. 1997.

Ribeiro, S., Klein, R. “A divisão interna da Universidade: posição social das carreiras”. *Educação e Seleção*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n.5, p.29-36, jan./jul. 1982.

Silveira, F., PRÁ, J.. “Concurso vestibular de 1998 da UFRGS: explicando o desempenho dos candidatos”. *Educação Brasileira*, Brasília: CRUB, v. 21, n. 43, p. 111-135, jul./dez. 1999.

Zandoná, N. “O espaço do contrapoder: o acesso à universidade pública e o perfil socioeconômico educacional dos candidatos ao vestibular da UFPR”. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Paraná, 2005.